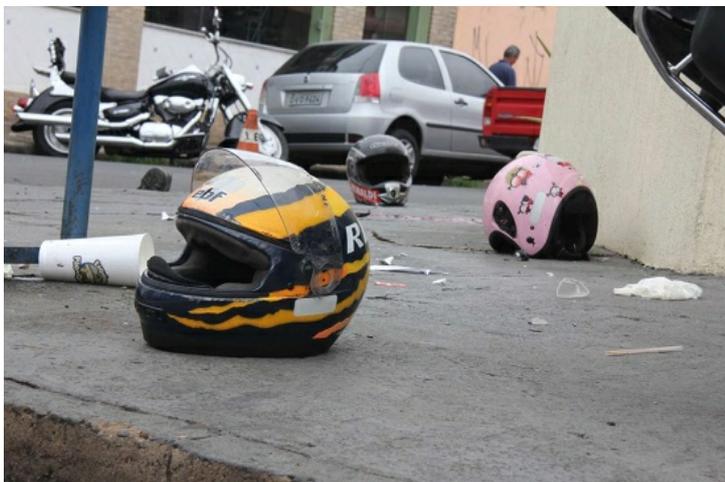




11/09/2019 14:55 - Paciente por acidente de trânsito pode custar até R\$ 1 milhão aos cofres públicos de Rondônia



Atendimentos iniciais, deslocamento de ambulâncias, internações, cirurgias, medicamentos, materiais, equipamentos e salários dos servidores do Estado e profissionais de saúde contabilizam os gastos que o Governo de Rondônia tem para permitir a saúde do cidadão vítima de acidentes de trânsito.

Com altos índices de ocorrências de acidentes, principalmente envolvendo motociclistas, o Estado começa a ter um custo financeiro no local do ocorrido. Equipes da Segurança Pública, como o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Técnico-Científica com a perícia, e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), prestam os primeiros socorros, onde, médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, peritos, motoristas e ambulância, atendem o paciente com a utilização

de materiais e medicamentos, para condução ao hospital.

A porta de entrada das vítimas de acidentes de trânsito é o Pronto Socorro João Paulo II (JPII), em Porto Velho. De janeiro a julho de 2019, foram registrados 2,837 mil atendimentos de pacientes vítimas de acidentes de trânsito. Em nove anos de experiência nos atendimentos do hospital, o secretário de estado da Saúde (Sesau), Fernando Máximo, relatou casos muito comuns, onde o paciente pode chegar a custar ao Estado, de modo geral, R\$ 1 milhão.

“Em um estado grave, como exemplo de um paciente que chega com fratura de fêmur, bateu a cabeça e teve um trauma abdominal, isso é extremamente comum. Com disposição de especialistas, como um neurocirurgião em plantão, anestesista, instrumentador, material para cirurgias, medicamentos, próteses, daqui a pouco ele está com um sangramento no baço, cirurgião geral, anestesistas, instrumentadores, enfermeiros e técnicos para operar o abdômen, e ele está com a fratura no fêmur ainda, a ortopedia opera, coloca uma prótese, também com uma equipe formada para cirurgia. O paciente segue para a UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), onde a diária custa R\$ 2,5 mil para o SUS (Sistema Único de Saúde), na rede privada custa de R\$ 5 mil a R\$ 6 mil em Porto Velho.”

Segundo o secretário, esse é o começo da história do paciente vítima de acidente de trânsito. “Às vezes o paciente fica de três a quatro meses internado na UTI, passando algumas vezes por outras cirurgias para evitar outras complicações, que demandam mais gastos. Com isso, ele já deixou R\$ 300 mil reais, só na UTI. Depois sai e fica na enfermaria por mais um período, com um custo pela equipe grande de pessoas que fica cuidado dele, como técnicos de enfermagem, laboratório, bioquímico, médicos, nutricionistas, biomédico, radiologista, várias tomografias e ressonâncias, raio x, cardiologista”, continuou Fernando, acrescentando, ainda, a demanda de manutenção dos equipamentos, que também deve estar incluído no custo do paciente.

O autônomo Edglei Sandro Pereira, 39, deu entrada no João Paulo II, vítima de um acidente de trânsito. Ficou sete dias internado e foi transferido para a enfermaria ortopédica do Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro. Seu braço deslocou e a clavícula fraturou, sendo necessário implantar uma placa bloqueada. “O cara invadiu a preferencial, caiu no capô dele e me jogou do outro lado”, contou o paciente que aguarda a realização da cirurgia.

Ao sair da internação na enfermaria, o paciente segue para sua casa, mas o atendimento pelo Estado continua por alguns meses, por meio do Serviço de Atendimento Médico Domiciliar (Samd), com fisioterapeuta, fonoaudiólogo, enfermeiro, técnico de enfermagem, custos com combustível, motoristas, veículos, salários dos profissionais, medicamentos e curativos. Além de muitos pacientes, em casos mais graves, perderem seus membros em amputações ou ficarem com sequelas neurais, inclusive há casos de jovens com 20 anos já aposentados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), vítimas de acidentes de trânsito.

Em casos mais simples, muitos pacientes ainda ficam internados, aguardando procedimentos, onde o JPII não consegue resolver todos as situações. Com isso, boa parte das cirurgias mais complexas da ortopedia são realizadas também no Hospital de Base.

“Isso gera, às vezes, dificuldade de rotatividade dos leitos do HB, o que aumenta as filas, fazendo com que eles (pacientes) fiquem aguardando. Muitos com fraturas ou traumatismo craniano, o que vai gerando mais custos”, afirmou Fernando Máximo.

Mas o custo social tem preço inestimável, a pessoa pode ficar com sequelas seríssimas, impossibilitada de servir à família, longe dos filhos, sem poder produzir à empresa que trabalhava, com possibilidades de desenvolver doenças emocionais, como ansiedade ou depressão, com a necessidade de acompanhamento com psicólogo ou psiquiatra.

Igor Rafael, 26, está há 33 dias internados, com entrada no João Paulo II, algumas semanas na rede privada por meio do SUS e agora no Hospital de Base, aguardando cirurgia na tibia e fibula, resultado de uma colisão frontal com um carro. O paciente conduzia sua motocicleta no setor chacareiro e ao realizar uma ultrapassagem, foi atingido. Em todo esse tempo, afastado do trabalho, após a cirurgia deve ficar de seis a doze meses em recuperação. Longe da família, sofre com saudade dos filhos, com 3 e 7 anos. “A dor é momentânea, passa rápido com a medicação. Quem está ao nosso redor, sofre mais do que a gente. Meu filho está sofrendo, por ser muito apegado a mim, chegou ao ponto de adoecer”.

Analisando todo o custo de um paciente apenas, que pode chegar a R\$ 1 milhão aos cofres públicos do Estado, segundo o secretário de Saúde, esse valor poderia ser investido em cirurgias infantis, cirurgias para correção de fimose, hérnia, pedra na vesícula, cirurgias oftalmológicas, bem como em outras cirurgias ortopédicas.

O Estado não deixa de atender a todas essas solicitações, porém, mesmo com muitos recursos destinados à saúde, os gastos podem ser evitados a partir do comportamento do cidadão com maior prudência nas ruas.

Fonte: Secom - Governo de Rondônia

Notícias RO